

**Desafios e Perspectivas da Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil**

Frederico Faria Neves Almeida<sup>1</sup>

**RESUMO:**

Este artigo foi desenvolvido para o Seminário “**Desafios e Perspectivas da Gestão do Patrimônio Cultural no Brasil**”, realizado em setembro de 2014 e promovido pela Faculdade Damas, em Recife/PE.

No artigo, são apresentados os aspectos históricos institucionais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, o panorama do universo do patrimônio cultural em 2014, os marcos legais considerados e a diversidade do patrimônio cultural brasileiro. Após a Constituição Federal de 1988, ampliou-se o conceito de patrimônio cultural no Brasil, exigindo-se do Iphan metodologia estratégica para atender aos novos ditames constitucionais. Apresentam-se, também, os resultados até agora alcançados e os desafios a enfrentar no futuro.

Palavras- chaves: patrimônio, cultural, preservação.

**Abstract:**

This article was developed for the seminar "Challenges and Perspectives of the Cultural Heritage Management in Brazil", held in September 2014 by the Faculdade Damas in Recife / PE. It explains the institutional historical aspects of the Institute of Historical and Artistic Heritage - IPHAN, as well as a view of the universe of cultural heritage in 2014, the legal bases considered and the diversity of Brazilian cultural heritage. After the Constitution of 1988, the concept of cultural heritage in Brazil expanded, and this required from the Iphan a strategic approach to accomplish the new constitutional principles. It also brings the results achieved so far and the challenges to be faced in the future.

Keywords: heritage, cultural, preservation.

---

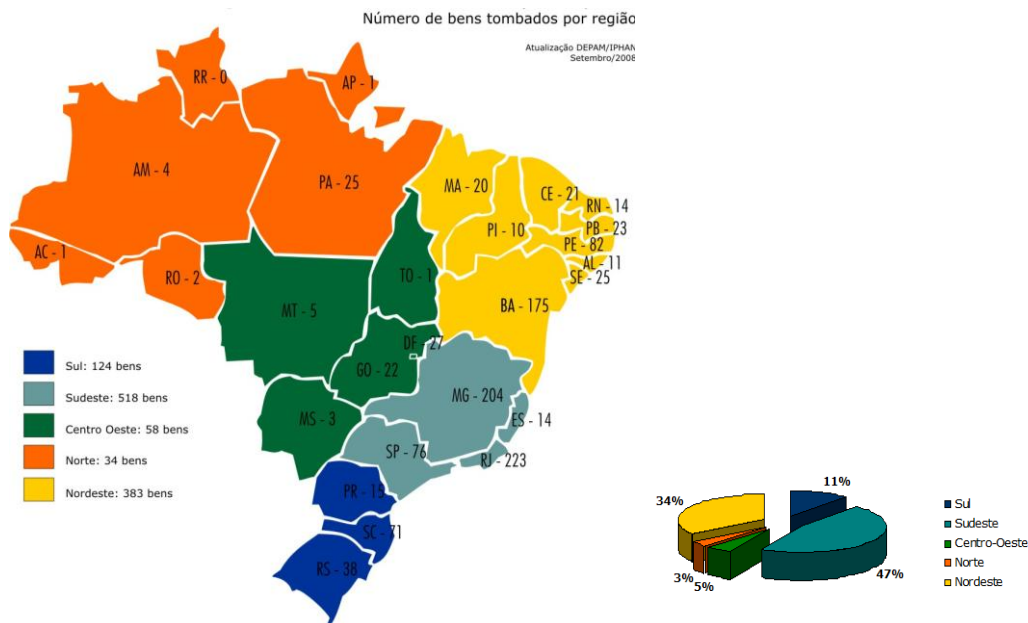
<sup>1</sup> Graduado em Engenharia Civil em 1981 pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestrado de Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste – UFPE – 2011. Pós-graduado com o Curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos – CECRE/UFBA-1990. Participou do International Course on the Technology of Stone Conservation, UNESCO, ICCROM – Veneza - Itália -1995. Desenvolveu o “Manual de Conservação de Cantarias pelo IPHAN/Programa Monumenta, em 2005. É Superintendente do Iphan em Pernambuco desde 2003.

## 1. INTRODUÇÃO.

A relação do IPHAN com o patrimônio construído é, desde 1937- ano em que foi criado o Decreto-Lei 25/37-, bastante presente e constante. Os principais “desbravadores” do patrimônio, Rodrigo de Melo Franco, Mario de Andrade, Lúcio Costa, Aluizio Magalhães, Luiz Saia, Ayrton Carvalho, etc., na busca da identidade brasileira através dos testemunhos de nossa arquitetura, selecionaram, inicialmente, os mais expressivos exemplares da arquitetura brasileira e, através do instrumento do tombamento, protegeu-se, em nível legal, o patrimônio ainda existente. (Andrade, pág.6, 1986)

Nessa época, o termo Patrimônio de “Pedra e Cal” representava muito mais do que apenas o patrimônio tombado no Brasil. Significava, além do patrimônio construído, todos os bens móveis, imóveis, bens arqueológicos, patrimônio ferroviário, Industrial, etc., ou seja, todo patrimônio material brasileiro.

Para melhor compreensão, apresentamos um mapa que demonstra a distribuição dos monumentos tombados em nível federal por Região (em 2008), e aponta que a maioria do patrimônio tombado está concentrada na zona costeira de nosso país, principalmente, nas Regiões Sudeste e Nordeste (fonte Depam/lphan, 2011).



Embora na época do “Estado Novo”<sup>2</sup>, em que Mario de Andrade já mencionava, na sua constituição do “Inventário dos Sentidos” (Nogueira, 2005), a patrimonialização das referências culturais (Patrimônio Intangível), o Decreto-Lei nº25/1937, que, ainda hoje, conceitua e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, não contemplasse o patrimônio imaterial e nem conjuntos históricos, a preservação do nosso patrimônio se concentrava basicamente nos monumentos históricos deixados por nossos antepassados.

<sup>2</sup> **Estado Novo** é o nome do regime político brasileiro instituído por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937, que durou até 29 de outubro de 1945, caracterizado pela centralização do poder, nacionalismo, anticomunismo e por seu autoritarismo. Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

**ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 04, Nº 07, 2014**

Isso é constatado pelos tombamentos realizados naquela época (1938), buscando-se os exemplares da arquitetura brasileira para tentar identificar nessa arquitetura a *identidade nacional*.

A legislação brasileira sobre a preservação do patrimônio cultural é bastante extensa (ver quadro abaixo), mas ainda não podemos afirmar que ele está protegido.

Quadro Resumido de Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro (Coletânea de Leis sobre preservação do Patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN,2006):

**DECRETO LEI 25/1937** - organiza a proteção histórico e artístico nacional;

**LEI 3924/1961** - dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988** - amplia o conceito de patrimônio cultural - artigos 215 e 216;

**LEI 8.313/1991** - Lei Rouanet;

**DECRETO 3551/2000** - Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial;

**LEI Nº 11.483/2007** - Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.

**LEI Nº 9.605/98** - Lei de Crimes Ambientais

**DECRETO-LEI Nº 5.264/2004** - fica instituído o Sistema Brasileiro de museus, com a finalidade de promover a interação entre museus, a valorização, o desenvolvimento das áreas e gestões integradas e o desenvolvimento das instituições.

**LEI 4845/1965** - proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no País, até o fim do período monárquico.

**LEI Nº 7.347/1985** - disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e dá outras providências.

**LEI 5.471/1968** - dispõe sobre a exportação de livros antigos e conjuntos bibliográfico brasileiros.

**LEI Nº 6.938/1981** - Dispõe sobre a política nacional de meio ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

**DECRETO-LEGISLATIVO 22/2006** - Aprova o texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris, em 17 de outubro de 2003.

## 2. DIVERSIDADE CULTURAL.

Vários movimentos preservacionistas aconteceram em favor do patrimônio imaterial durante os 50 anos que sucederam o “Estado Novo”, mas só a partir da ampliação do conceito de patrimônio cultural definido na Constituição Federal de 1988 é que se inicia, de fato, uma “reconceituação” do patrimônio cultural.

**Constituição Federal - Art. 216** - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artísticos, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Com a criação do Decreto 3551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, o Iphan iniciou os primeiros estudos de registro do patrimônio cultural, conforme a legislação, criando metodologia a partir do INRC, Inventário Nacional de Referências Culturais e manualizando os procedimentos para o registro do patrimônio Imaterial brasileiro.

**ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 04, Nº 07, 2014**

A partir de 2003, o Iphan e o Ministério da Cultura iniciaram um processo de releitura conceitual do patrimônio cultural brasileiro, realizando uma série de inventários nacionais no intuito de mapear a diversidade cultural no Brasil.

Esse trabalho foi sendo desenvolvido em todas as então coordenações regionais do Iphan, na tentativa de levantar toda a diversidade cultural brasileira.

Constatando-se a imensa variedade cultural do país (ver quadro abaixo), atendendo aos novos conceitos de patrimônio cultural definidos na Constituição Federal de 1988, e verificando-se a necessidade de sociabilização do patrimônio cultural no Brasil, o IPHAN lançou uma verdadeira “campanha” de redescoberta do nosso patrimônio.

**DIVERSIDADE DE BENS CULTURAIS CONFORME A CONSTITUIÇÃO FEDERAL:**

**BENS IMÓVEIS** - edificações, monumentos isolados;

**BENS MÓVEIS E INTEGRADOS**- dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;

**CONJUNTOS HISTÓRICOS** - amplia o conceito de patrimônio cultural - artigos 215 e 216;

**PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO** - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.;

**PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO**- Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário;

**PAISAGEM CULTURAL** - chancela das paisagens culturais brasileiras;

**PATRIMÔNIO IMATERIAL**- Formas de expressão; Saberes e Modos de Fazer; Celebrações; Lugares e Línguas.

**PATRIMÔNIO PALEONTOLÓGICO** - estudo dos fósseis, paleontólogo, técnicas.

Fonte: Depam/Iphan/20011

**3. ATUALIZAÇÃO CONCEITUAL.**

Devido à necessidade de atualização conceitual de patrimônio cultural a partir da Constituição Federal (1988), o IPHAN promoveu uma “releitura” ou “redefinição” conceitual de patrimônio cultural, no intuito de sociabilizar o patrimônio cultural brasileiro, ampliar o acesso a esse patrimônio de modo a “popularizar” o conhecimento e fazer com que a população conheça e se aproprie dos valores culturais e torne-se parceira da preservação desses bens culturais.

Estrategicamente, o IPHAN lançou uma política de ampliação do “estoque patrimonial<sup>3</sup>” cujos objetivos eram o aumento do número de bens tombados em nível federal e a proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro, tentando formar um sistema de gestão que articulasse os vários atores do sistema de preservação, especialmente as municipalidades, os produtores privados e as organizações não-governamentais (Zancheti, pag. 07, 2007). A ampliação do estoque patrimonial torna-se estratégica para que o patrimônio possa ser reconhecido pela população e possa influir ou se inserir no processo socioeconômico do nosso país.

<sup>3</sup> Ampliação do número de bens culturais protegidos, reconhecidos pelo poder público (federal, estadual e municipal).

**ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 04, Nº 07, 2014**

Os instrumentos de acesso ao patrimônio cultural deveriam ser também revistos. Além de intelectuais, historiadores, arquitetos, professores, etc., que eram o principal “público alvo” para a preservação do patrimônio cultural, a partir da Constituição Federal de 1988, o entendimento conceitual precisava ser disseminado, uma nova linguagem de acesso deveria ser aplicada. A noção de que o patrimônio cultural é de todos devia ser aplicada - a inclusão social passou a ser meta governamental.

As estratégias para conseguirmos as metas e objetivos definidos pelo IPHAN foram:

- Ampliar o número de Superintendências Regionais do IPHAN no Brasil;
- Conhecer o Patrimônio Cultural Brasileiro, através da realização de inventários de conhecimento;
- Mapear o Patrimônio Cultural Brasileiro
- Sociabilizar os bens culturais.

#### **4. DESAFIOS.**

Com a ampliação conceitual, a implementação dos inventários de conhecimento e a consequente ampliação da diversidade cultural, aumentou-se a responsabilidade para todas as unidades do IPHAN, gerando-se grandes desafios a enfrentar:

- inventariar o acervo cultural brasileiro;
- sociabilizar o patrimônio cultural brasileiro;
- conscientizar a população brasileira;
- proteger o patrimônio cultural brasileiro;
- ampliar as fontes de recursos para a preservação do patrimônio cultural brasileiro;
- ampliar o quadro técnico do IPHAN;
- firmar parcerias com órgãos federais, estaduais e municipais;
- Implantar e consolidar o **Sistema Nacional do Patrimônio Cultural**, possibilitando ampliar a sinergia interna e externa das ações do IPHAN.

Para enfrentarmos esses desafios, foi preciso fazer com que a cultura e a prática de planejamento no IPHAN possibilitasse a realização do planejamento

estratégico e fizesse com que sua execução fosse permanente e cotidiana, em todos os níveis, a fim de aumentar a eficiência na prestação do serviço à população.

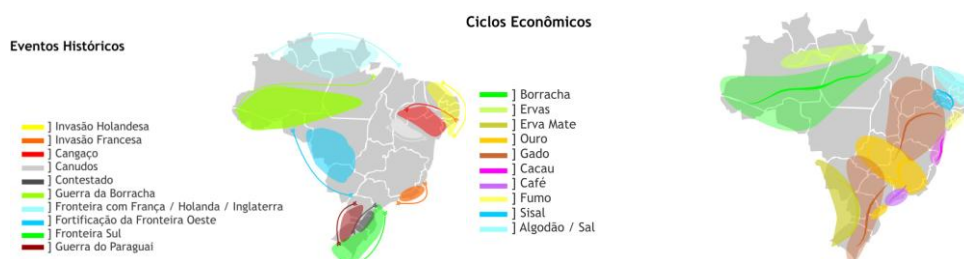
Outro desafio a enfrentar era tornar a cultura elemento estratégico de um novo modelo de desenvolvimento do país, pela aplicação do conceito ampliado de Patrimônio Cultural nas ações do IPHAN e articulação da preservação do patrimônio cultural às demais políticas públicas. Mas, antes, precisávamos formular e implementar uma **Política de Gestão da Informação e Documentação**, aperfeiçoando a infraestrutura informacional de modo a atender às necessidades de maior integração e diálogo com a sociedade através de meios e formas que permitissem a socialização do conhecimento e da informação sobre o patrimônio cultural.

Para dar conta das metas e desafios, constatou-se a necessidade de uma política de consolidação e aperfeiçoamento da estrutura organizacional do IPHAN com foco na formação e gerenciamento de pessoas, com adequação quantitativa e qualitativa do quadro técnico nas necessidades de cada unidade da Federação, na modernização dos modelos de gestão e na integração das áreas técnica, administrativa e jurídica.

## 5. ESTRATÉGIA

Diante da diversidade patrimonial e da necessidade de realizar uma nova releitura dos conceitos do patrimônio cultural de modo a adequá-lo à Constituição Federal de 1988, os inventários de conhecimento tornaram-se instrumento fundamental para o reconhecimento do nosso patrimônio. A realização de inventários temáticos e de conhecimento foi uma das soluções de conhecimento encontradas.

- Ciclos econômicos;
- Eventos Históricos;
- Paisagem cultural;
- Patrimônio azulejar;
- Patrimônio Ferroviário;
- Patrimônio Imaterial;
- Patrimônio Naval;
- Ocupação Territorial;
- Bens Móveis e Integrados;
- Patrimônio arqueológico, etc



**Caminhos Históricos**  
 Dentro as linhas temáticas propostas para a preservação em rede do patrimônio material, os Caminhos Históricos apontam como um campo quase totalmente negligenciado. O projeto da Estrada Real, iniciativa privada para a proteção do patrimônio dos antigos caminhos do ouro entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, abriu o lugar para novos projetos, hoje encampados pelo IPHAN.

**PROJETOS QUE FIGURAM NOS Pa's 2007/2008:**  
 Caminho Histórico Mambucaba | Rio de Janeiro / São Paulo  
 Remanescentes de estradas e caminhos antigos | Bahia  
 Caminho das Tropas | Santa Catarina  
 Estrada Real | Minas Gerais  
 Postos Telefônicos da Comissão Rondon | Rondônia  
 Caminho das Monções | Mato Grosso do Sul  
 Os Caminhos do Gado no Brasil Colonial | Piauí, Bahia, Ceará, Maranhão e Minas Gerais



**Patrimônio Azulejar**  
 A ação integrada entre os estados detentores de acervo azulejar teve início no final de 2006 a partir do encontro regional do DEPHAN na região nordeste. Ao longo de 2007 foram desenvolvidas ações de inventário, levantamentos cadastrais, desenvolvimento de projetos de restauração e encontros entre os técnicos envolvidos no assunto, alcançando uma série de informações que deverão ser repassadas a todos os técnicos do IPHAN.

**PROJETOS QUE FIGURAM NOS Pa's 2007/2008:**  
 Pará, Maranhão, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Paraíba



**Patrimônio Ferroviário**  
 Desde 2007 o IPHAN tem destinado recursos para o estudo sistemático do Patrimônio Ferroviário no Brasil. Os Inventários de Conhecimento estão sendo realizados pela ampla maioria dos Estados com o intuito de dar subsídios para a seleção dos bens de valor cultural da extinta RFFSA que passam para a gestão do IPHAN. Prefeituras Municipais, Ministério do Turismo e da Ciência e Tecnologia são alguns dos parceiros possíveis na gestão desse patrimônio.

**PROJETOS QUE FIGURAM NOS Pa's 2007/2008:**  
 Inventário da Antiga Estrada de Ferro de Bragança | Pará  
 Elaboração e instrução do tombamento da Estação Ferroviária de Ipu | Ceará  
 Inventário de Conhecimento do Patrimônio Ferroviário | Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, São Paulo, Santa Catarina  
 Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí  
 Ampliação do Tombamento da Madeira Mamoré | Rondônia



Educação Patrimonial como Instrumento de Sociabilização passa a ser aplicada através das Casas de Patrimônio do Iphan.

As Casas do Patrimônio são espaços que têm como objetivo ampliar o diálogo com a sociedade a partir da educação patrimonial. A intenção é transformar as sedes do Iphan, detentoras de conhecimento, em espaços de comunicação com a sociedade para troca de informações sobre o patrimônio cultural, através de ações educacionais em parceria com escolas, agentes culturais, instituições educativas, sociais e econômicas.

Objetivamente, pretende-se articular coletivamente as representações do IPHAN nas unidades da federação, promovendo espaços de debate e reflexão sobre o Patrimônio Cultural, difundindo informações sobre a ação institucional do IPHAN de forma acessível ao público, através de promoção de oficinas para educadores da rede pública municipal e estadual focadas na interface Patrimônio e Educação, com a finalidade de que eles venham a atuar como multiplicadores desse novo enfoque.

Espera-se que as Casas do Patrimônio sejam articuladoras das ações educativas e da aproximação com as comunidades locais, exercendo papel fundamental para uma gestão compartilhada de preservação do Patrimônio Cultural.

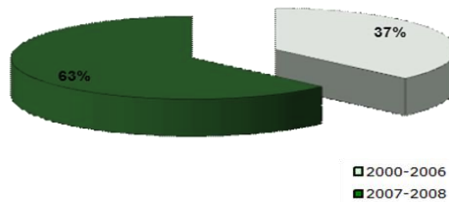
## 6. RESULTADOS

A releitura do patrimônio cultural brasileiro gerou uma maior atuação do Iphan perante a sociedade civil, atuando mais proximamente no desenvolvimento social e econômico do país, ampliando o número de bens protegidos, sistematizando a fiscalização, agindo diretamente no licenciamento cultural. Também gerou uma grande ampliação de autorizações de intervenções em bens tombados e em suas áreas de entorno, bem como de saídas de obras de arte do país.

### Ampliação dos tombamentos

Ampliar a significância do patrimônio no contexto das coisas importantes para o desenvolvimento do país.

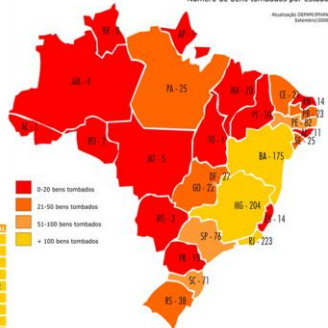
Tombamentos entre 2000-2008



Entre 2000 e 2008 o Iphan tombou 126 bens. Deste total, 63% corresponde ao período de um ano (2007-2008).

Quadro do patrimônio tombado pelo Iphan

Número de bens tombados por estado



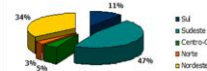
| CLASSIFICAÇÃO                  | TOTAL       |
|--------------------------------|-------------|
| Bem patrimonial                | 1           |
| Cidades e sítios arqueológicos | 7           |
| Casas e sítios históricos      | 17          |
| Conjunto Rural                 | 4           |
| Biblioteca                     | 362         |
| Equip. infra-estrut.           | 39          |
| Jardins bot. e parques         | 10          |
| Objetos e bens integrados      | 44          |
| Patrimônio natural             | 22          |
| Rua                            | 17          |
| Sítio arqueológico tombado     | 5           |
| Sítio e Conjuntos Urbanos      | 83          |
| Templo                         | 6           |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>1117</b> |

Dos 1.117 bens tombados, 862 são bens imóveis e representam 77% do total.

Juntas, as regiões sudeste e nordeste detêm 81% dos bens tombados pelo Iphan.

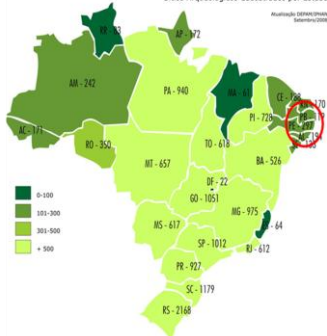
Quadro do patrimônio tombado pelo Iphan

Número de bens tombados por região



Quadro da arqueologia no Brasil

Sítios Arqueológicos Cadastrados por Estado



PE - 2012  
506 SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS REGISTRADOS

Bens Inscritos na Lista do Patrimônio Mundial x Proposta para Lista Indicativa 2008

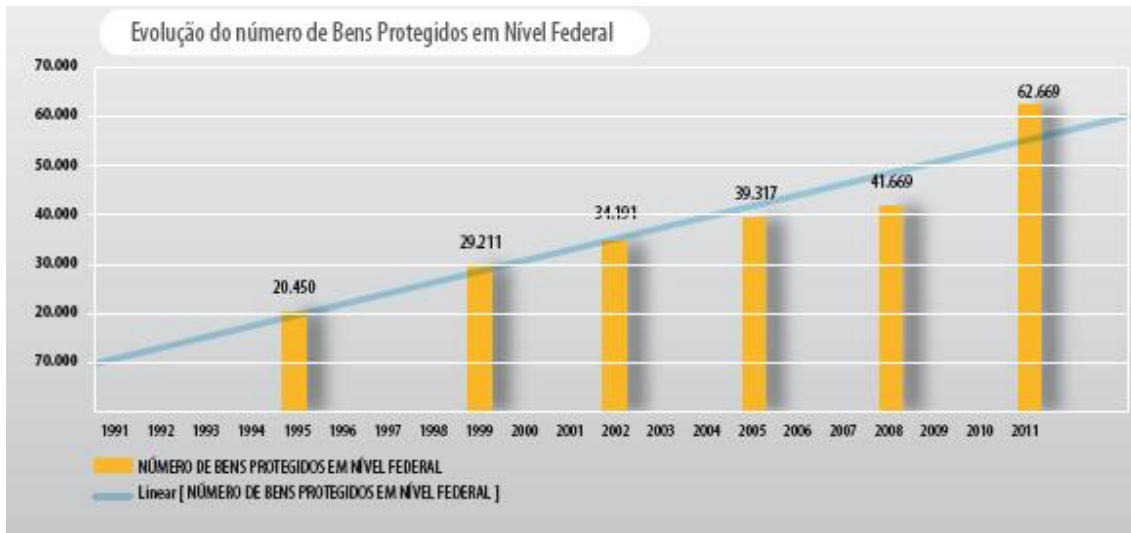
- BENS INDICADOS PARA A LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**
- AC - Casa de Chico Mendes
  - AC - Convento do Azeite
  - AP - Herança
  - AL - Serra da Barriga
  - AM - B. M. R. M. (gr. SC, RJ, BA, PE, RN - Conjunto de Fortificações do Brasil)
  - AM - Cachim de Itaipava
  - AM - Teatro Amazonas
  - BA - Faz. do Papagaio
  - BA - Chapada Diamantina
  - CE - Fort. Presépio de Camacim
  - MG RJ - Estrada Real
  - MG - Conjunto Arqueológico e Paisagístico da Pampulha
  - MT - Tabuleiros
  - PA - Mercado de Ven. or. Peço
  - PA - Ilha de Itaipava
  - PA - Vale dos Dinossauros
  - PE - Convento Franciscano do NE Brasileiro
  - RJ - Palácio da Cultura, antiga sede do MES
  - RJ - Palácio Cultural da Rua de Janeiro
  - RO - Remanescentes do EPRH
  - RO - Complexo Arqueológico da Região de Médici
  - RS - Sítio Missionário
  - SC - Parque Nacional da Imbuia
  - SC - Parque Arqueológico de Sul
  - SC - Itaipava - Hospital Galvani
  - SE - Praça São Francisco em São Cristóvão
  - SP - Vila Formosa de Paranaíba

- BENS INSCRITOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL**
- AM - Parque Nacional do Itaipava
  - BA - Casa do Desembargo
  - BA - Reserva da Mata Atlântica
  - GO - Cidade de Goiás
  - GO - Área Protegida do Cerrado
  - MA - Sítio Lençóis
  - MG - Diamantina
  - MG - Congonhas
  - MG - Ouro Preto
  - MT - Povoado
  - PA - Parque Nacional do Itaipava
  - PE - Convento
  - PE - Reserva de Fernando de Noronha e Ilhéus da Rocas
  - PI - Parque Nacional da Serra da Capivara
  - RS - Sítio Missionário
  - SP/PA - Mata Atlântica: Reservas do Sudeste

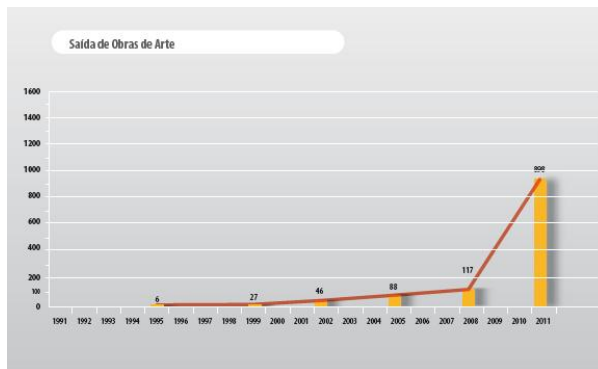
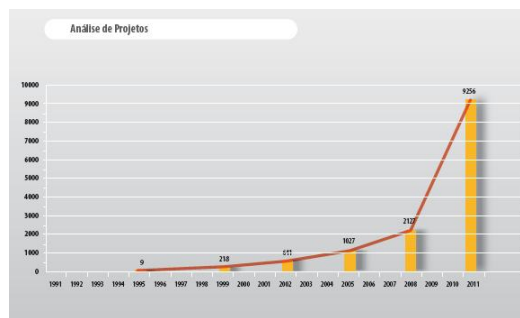
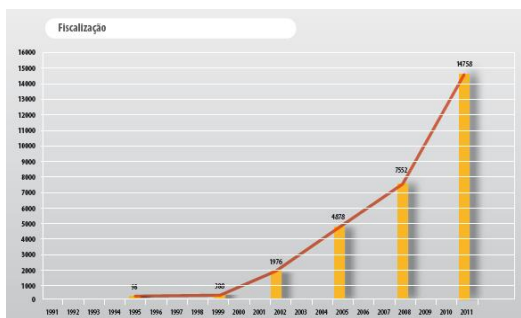


**ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 04, Nº 07, 2014**

A estratégia promovida pelo Iphan nos últimos anos resultou numa clara ampliação do universo de patrimônio protegido em nível federal, aumentando, assim, a atuação do Iphan, tanto quantitativa como territorialmente, devido à interiorização do nosso patrimônio (quadro abaixo).

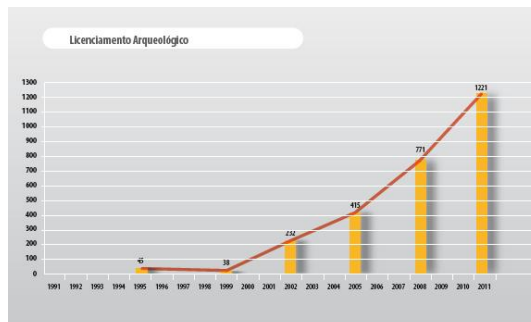
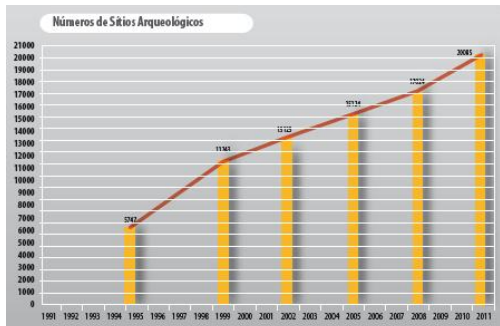


Com a ampliação do número de bens protegidos, a demanda de fiscalização também se ampliou, bem como o número de análises de projetos (autorizações de intervenções em bens tombados). Dentre as ações de fiscalização do Iphan, a autorização de saída de obras de arte do país também foi fortemente ampliada, principalmente em 2011.

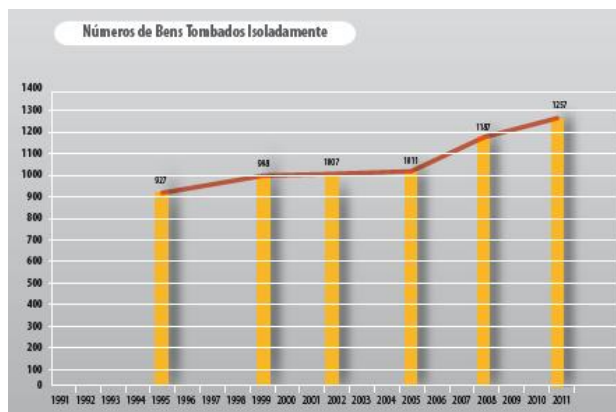


**ARCHITECTON - REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO – VOL. 04, Nº 07, 2014**

Uma das demandas que mais cresceu para o Iphan foi o número de sítios arqueológicos cadastrados no órgão e, conseqüentemente, o licenciamento arqueológico. Isso foi provocado pelo crescimento do país e o aumento de obras de infraestrutura promovidas pelo governo, gerando grande número de licenciamentos culturais.



O número de tombamentos em nível federal e de registros do patrimônio intangível ampliou-se consideravelmente:



## 7. Conclusão

Diante dos resultados conquistados, constatou-se uma grande demanda reprimida, necessitando realizar-se reestruturação institucional, principalmente no que se refere à diversidade patrimonial, exigindo multidisciplinaridade técnica que obrigou o Iphan a realizar concursos públicos no sentido de ampliar o efetivo profissional quantitativa e qualitativamente (arquitetos, antropólogos, arqueólogos, restauradores, historiadores, bibliotecários, arquivistas, educadores, etc.).

A diversidade patrimonial exigiu, também, reestruturação gerencial, criando-se departamentos específicos para proteção e salvaguarda de patrimônio cultural – Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização – DEPAM, Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI e um Departamento de Articulação e Fomento – DAF.

Há muito ainda a fazer. O Iphan, após 78 anos de existência, constata a necessidade de novo “desbravamento” territorial. É preciso continuar a realizar essa nova releitura patrimonial com nova identificação conceitual, buscando a preservação dos remanescentes históricos e culturais.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALMEIDA, Luiz Fernando de (Org.). **PAC - Cidades Históricas**: patrimônio, desenvolvimento e cidadania. Brasília: Artigos, 2010.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. de, 1898 – 1969. Rodrigo e seus tempos – Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- BARROS, Cesar; ARAÚJO; Evelyne Labanca Corrêa. **Reabilitação urbana de centralidades metropolitanas**: reflexões e experiências na América Latina do século 21. Recife: Prefeitura do Recife, 2006.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Legislação cultural brasileira anotada**. Brasília, 1997.
- COLETÂNEA de leis sobre preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 123-137, 1987.
- DANTAS, Rubens Alves; MAGALHÃES, André Matos; VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira. Avaliação de imóveis: a importância dos vizinhos no caso de Recife. **Econ. Aplic.**, v. 11, n. 2, p. 231-251, abril/jun. 2007.
- DIOGO, Érica. **Recuperação de imóveis privados em centros históricos/organizadora**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2009.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Ed UFRJ/IPHAN, Rio de Janeiro, 1997.
- FRANCO, Maria Ignez M. Lei Sarney: desafio à competência. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, n. 22, p. 33, 1987.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil), **Revitalização do Bairro do Recife**: proposta de tombamento em nível federal. Rio de Janeiro: Iphan, PCR, 1998.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil), **Patrimônio: práticas e reflexões**, Rio de Janeiro:IPHAN/Copedoc, 2007.
- LACERDA, Norma. Intervenções no bairro do Recife e no seu entorno: indagações sobre a sua legitimidade. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 621-646, set/dez. 2007.
- MELLO, A. B. de. **Discricionariedade e controle jurisdicional**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- PATRIMÔNIO Edificado II, sítios históricos / núcleos urbanos / entornos Patrimônio Histórico - Preservação - Sítios Históricos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 123-137, 1987.
- Programa de Especialização em Patrimônio do Iphan: trajetória, avaliação e perspectiva. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, 2010.
- SILVA, Leonardo Dantas. **Pernambuco preservado**: históricos dos bens tombados no Estado de Pernambuco. Recife, 2002.
- VIEIRA, Natália Miranda. Poder local e proprietários: disputas pela (não) preservação do patrimônio. In: ArquiMemória 3 - Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação do Patrimônio Edificado, 3., 2008, Bahia. **Anais...** Bahia, Centro de Convenções da Bahia, 2008.
- ZANCHETTI, S; MARINHO, G; LACERDA, N. (Org.). **Revitalização do Bairro do Recife**: plano, regulação e avaliação. Recife: Editora Universitária UFPE, 1998.
- ZANCHETTI, Silvio Mendes. **Financiamento da revitalização urbana na América Latina**: uma revisão da teoria e da prática pós 1990. Olinda: CECI, 2007. (Textos para Discussão, n. 01).